



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/04/2014



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CONVÊNIOS.....	2 - 3
2.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	4
3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
3.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	5
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CONVÊNIOS.....	6
5. JORNAL EXTRA	
5.1. DECISÕES.....	7
5.2. SERVIDOR PÚBLICO.....	8
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. CONVÊNIOS.....	9
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	10
7.2. CONVÊNIOS.....	11
7.3. CURSOS.....	12
7.4. DECISÕES.....	13 - 15
7.5. EXECUÇÕES PENAIS.....	16
7.6. JUÍZES.....	17 - 18
7.7. VARA DE ENTORPECENTES.....	19
7.8. VARAS CRIMINAIS.....	20
8. O GLOBO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	21

TJMA EXTINGUE AÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA ASILO DE MENDICIDADE



A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) extinguiu uma ação proposta pelo Ministério Público Estadual (MP) que condenava o Asilo de Mendicidade de São Luís à reestruturação física e social em sua sede, sob pena de multa diária de um salário mínimo para cada idoso abrigado, multiplicado pelo número de meses em que estivessem no local. Os desembargadores membros da Câmara Cível consideraram a perda do interesse processual do Ministério Público, que deixou de retornar ao asilo para verificar as reformas realizadas durante o processo.

Dez anos antes da sentença que condenou o abrigo, o MP ajuizou ação civil pública alegando que o local apresentava estrutura deficiente, péssimas condições de higiene, número de funcionários insuficiente, falta de atividades ocupacionais e de lazer aos idosos, assistência médica e odontológica precárias, entre outros problemas.

Ricardo Murad sugere instalação de comitê permanente à procuradora de Justiça

PÁGINA 3

Ricardo Murad sugere instalação de comitê permanente à procuradora de Justiça

O secretário de Estado da Segurança Pública, Ricardo Murad (PMDB), esteve na manhã desta segunda-feira (7), reunido com a procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, acompanhado do secretário-adjunto de Segurança Pública, Laércio Gomes, do subcomandante-geral da Polícia Militar, coronel João Nepomuceno, e da delegada-geral da Polícia Civil, Maria Cristina Meneses. No encontro, foram debatidas medidas emergenciais para enfrentar os problemas mais graves da segurança pública do Estado. Regina Rocha pediu informações ao secretário sobre as ações que devem ser adotadas até o fim do ano para garantir mais segurança à população maranhense. A procuradora-geral manifestou preocupação com a realidade de municípios que não dispõem de delegados nem policiais.

Ricardo Murad, que acumula a pasta da Segurança

com a da Secretaria de Saúde, defendeu a instalação de um comitê permanente, integrado por representantes de órgãos envolvidos com a questão da segurança pública, como Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, OAB, além das polícias Civil e Militar, para a discussão e aplicação de ações de combate à criminalidade.

Pelo Ministério Público acompanhou a reunião o promotor de justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça, Fabíola Fernandes Ferreira, diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais, Doracy Moreira Reis Santos, chefe de gabinete da Corregedoria Geral do Ministério Público, José Augusto Cutrim Gomes, presidente da Associação Ministério Público, e José Cláudio Cabral Marques, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial.

POLEMICA

Opiniões se dividem sobre proibição de menores desacompanhados em shopping

As opiniões são divididas quanto à determinação judicial que proíbe a entrada de crianças e adolescentes menores de 18 anos desacompanhados de pais ou responsáveis no Rio Anil Shopping. Há quem pense que a medida foi de suma importância para a manutenção da ordem no estabelecimento. Outras pessoas, principalmente adolescentes barulhentos na entrada, reclamam da falta de coerência e divulgação da medida.

Na última sexta-feira a juíza auxiliar da 1ª Vara da Infância e Juventude, Lívia Maria Costa Aguiar, estabeleceu ordem judicial, em razão de solicitação dos lojistas do Rio Anil Shopping, regulamentando a entrada e permanência de menores de 18 anos no shopping.

De acordo com a decisão da magistrada, durante os finais de semana as crianças e adolescentes menores de 18 anos só podem entrar no Rio Anil acompanhadas dos responsáveis. A medida deve valer para o próximo final de semana também. "Determino limitação da entrada de menores de 18 (dezoito) anos desacompanhados de responsáveis, e permanência nas dependências do Rio Anil Shopping, nos dias 5, 6, 12 e 13 do mês de abril do corrente ano, para que o referido movimento se abstenha de continuar e se manifestar



Grades de proteção foram para conter a entrada dos menores, fazendo assim cumprir a decisão judicial

nos limites da propriedade do Demandante", diz o item I da sentença.

OPINIÕES

Ontem, quem passou pelo Rio Anil Shopping percebeu movimentação no mínimo curiosa na entrada central do estabelecimento. Grades de proteção foram montadas no intuito de conter a entrada dos menores de 18 anos, fazendo assim cumprir a decisão da Justiça.

Uma equipe foi direcionada especialmente para fazer a fiscalização de quem adentrava o Shopping. Foi possível ver que vários adolescentes desavisados tiveram que voltar para suas residências, visivelmente frustrados com a medida. "Essa medida foi muito errada porque eles ar-

gumentaram pra gente que tinham alguns jovens fazendo bagunça, mas a gente não tem culpa de nada. Eu sou acostumada a vir esse shopping. Na minha opinião isso é errado e ninguém nem avisou a gente e quando a gente chegou aqui foi esse constrangimento", reclamou uma adolescente de 17 anos.

Apesar de ter desagradado alguns adolescentes, a ordem judicial agradou os pais que dizem se sentir mais confortáveis para andar nas dependências do shopping. "Eu achei essa decisão ótima, porque só assim a gente não toma aqueles sustos, às vezes a gente andando com nossos filhos e de repente é surpreendido com um monte de adolescentes fazendo ba-

derna. Acho que tem pais que nem sabia o que os filhos faziam. Acho que tem que continuar aos finais de semana", afirmou a atendente Eulines Silva Santos.

O RIO ANIL

Por nota, a assessoria do Rio Anil Shopping se manifestou afirmando que tal medida visa garantir o bem-estar de todos, clientes e lojistas. "O Rio Anil Shopping esclarece que todas as medidas preventivas para garantir o bem estar de seus clientes, lojistas e colaboradores foram tomadas e serão cumpridas de acordo com determinação das autoridades competentes", afirmou a nota.

Em conversa com a reportagem de O Imparcial, a assessoria explicou também que essa é uma medida de cunho educativo, para que os pais também estejam atentos, além de servir para proteger a integridade dos adolescentes que andavam em grandes grupos. Segundo a assessoria do shopping a medida não deve ser estendida para além do prazo previsto na decisão judicial.

O advogado Stenyo Melo esclareceu que o direito de "ir e vir" não é de todo absoluto. "O direito de ir e vir não é absoluto. Não é contrário à Lei que algum ato limite tal direito, seja esse ato de cunho administrativo ou judicial", lembrou o causídico.

SEJAP

Servidores iniciam treinamento sobre Sistema de Justiça

A Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) deu início, nesta segunda-feira (7), ao treinamento dos servidores da instituição sobre a utilização do Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen). As aulas sobre o sistema, que será empregado de forma pioneira no Maranhão, estão sendo realizadas na escola de Gestão Penitenciária (Egepen) e seguem até sexta-feira (11).

O Sisdepen é uma ferramenta de gestão prisional que possibilitará a integração das informações dos órgãos das administrações penitenciárias com os da execução penal e visa a criação de um banco de dados nacional e estaduais sobre a população carcerária e os estabelecimentos penais sendo possível, a partir de então, novas ações de políticas públicas em prol do sistema penitenciário do estado.

Na ocasião, o diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional, Luiz Fabrício Vieira



Servidores durante o treinamento sobre Sisdepen

Neto, fez uma breve apresentação do Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen). Segundo ele, o estado tem sido parceiro do Depen e vem inovando no que tange às ações voltadas às melhorias do sistema penitenciário local. "O primeiro semestre contará com a inserção de 10 estados e o Maranhão prontamente aderiu.

Em contrapartida, o Depen disponibilizará dois computadores e posteriormente serão enviados detectores de metais equipamentos de segurança que sejam necessários para a manutenção e adequação das unidades prisionais do estado", pontuou.

A base de dados do sistema ficará em Brasília e vai comportar todo cadastro processual do detento, incluindo informações

personais e do processo. Entre as facilidades com a implantação do sistema estão ainda a possibilidade de alertar o juiz sobre remissões de pena, abertura de regime e benefícios que já são de direito do detento. Já o interno terá disponível todo extrato a respeito da sua situação judicial. As informações poderão ser atualizadas diariamente, garantindo atualidade aos dados.

Murad vai ao Ministério Público discutir medidas emergenciais

Novo secretário defende criação de comitê permanente para discussão de ações de combate à criminalidade

O novo secretário de Estado de Segurança Pública, Ricardo Murad, acompanhado de integrantes das cúpulas das polícias Civil e Militar, esteve ontem em visita à procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, com quem discutiu medidas emergenciais para enfrentar os problemas mais graves da segurança pública do estado. Regina Rocha pediu informações ao secretário sobre as ações que devem ser adotadas até o fim do ano para garantir mais segurança à população maranhense.

Ricardo Murad, que acumula a pasta da Segurança com a da Saúde, defendeu a instalação

de um comitê permanente, integrado por representantes de órgãos envolvidos com a questão da segurança pública, como Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, OAB, além das polícias Civil e Militar, para a discussão e implementação de ações de combate à criminalidade.

Pelo Ministério Público, acompanharam a reunião os promotores de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça; Fabíola Fernandes Ferreira, diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais; Doracy Moreira Reis Santos, chefe de



Regina Rocha, Ricardo Murad e João Nepomuceno durante reunião

gabinete da Corregedoria Geral do Ministério Público; José Augusto Cutrim Gomes, presidente da Associação do Ministério Público, e José Cláudio Cabral Marques, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e do Controle Externo da

Atividade Policial.

Também estiveram presentes o secretário-adjunto de Segurança Pública, Laércio Gomes; o subcomandante-geral da Polícia Militar, coronel João Nepomuceno, e a delegada-geral da Polícia Civil, Cristina Meneses.

Justiça livra o lombo de ação do Ministério Público

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) extinguiu uma ação proposta pelo Ministério Público Estadual (MP) que condenava o Asilo de Mendicidade de São Luís à reestruturação física e social em sua sede, sob pena de multa diária de um salário mínimo para cada idoso abrigado, multiplicado pelo número de meses em que estivessem no local.

Os desembargadores membros da Câmara Cível consideraram a perda do interesse processual do Ministério Público, que deixou de retornar ao asilo para verificar as reformas realizadas durante o processo.

Dez anos antes da sentença que condenou o abrigo, o MP ajuizou ação civil pública alegando que o local apresentava estrutura deficiente, péssimas condições de higiene, número de funcionários insuficiente, falta de atividades

ocupacionais e de lazer aos idosos, assistência médica e odontológica precárias, entre outros problemas.

A defesa ajuizou recurso do Asilo, salientando o caráter beneficente da instituição, dependente de doações revertidas integralmente em prol dos idosos e a impossibilidade, no tempo e modo, de todas as exigências do Ministério Público. Em audiência de conciliação, o asilo informou que já realizara melhorias no local, ficando designado prazo para comparecimento e elaboração de novo relatório pelo órgão ministerial.

A relatora do recurso, desembargadora Maria das Graças Duarte, ressaltou que passados mais de seis anos, o MP não vistoriou as instalações do asilo e não providenciou novo relatório sobre as condições de estrutura física e social, prejudicando a correta apreciação por parte do juiz.

Judiciário debate hoje proposta de criação de estatuto para servidores

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado realiza na manhã de hoje audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição 59/2013, que trata da criação do Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário.

A PEC 59/2013 é de autoria do ex-deputado Flávio Dino (PCdoB-MA). Ele alega que a atual pluralidade de regimes impostos aos servidores ofende não apenas a estrutura uma do Poder Judiciário, mas também o princípio constitucional da isonomia, visto que permite, por exemplo, disparidades remuneratórias

entre os estados. Por isso, a proposta pretende incluir na Constituição dispositivo para estabelecer que lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, criará um regime jurídico único para os servidores do Judiciário.

O STF terá prazo de 360 dias para enviar ao Congresso um projeto de lei complementar. O estabelecimento desse prazo não constava da redação original e foi proposto pelo deputado Major Fábio (Pros-PB), que defendia inicialmente um período de 180 dias e a determinação de que o projeto contemplasse a

isonomia salarial entre os profissionais.

Foram convidados para o debate o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa; o presidente da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud), Valter Assis Macedo; e o coordenador-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), Cle do de Oliveira Vieira.

TRAMITAÇÃO - A PEC foi apresentada em 2007 na Câmara dos Deputados, onde recebeu o número 190. Naquela

Casa, a proposta tramitou até 29 de outubro de 2013, quando foi aprovada em segundo turno no Plenário, com 400 votos favoráveis e apenas quatro contrários. No Senado, a proposta está no início da tramitação e também precisa ser aprovada em dois turnos de votação, com os votos favoráveis de pelo menos 49 dos 81 senadores (três quintos). A relatoria ainda não foi definida. A audiência da CCJ está marcada para 9h na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, com transmissão da TV Senado e cobertura da Agência Senado.

Procuradora-geral e secretário discutem medidas contra a violência

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu na manhã dessa segunda-feira, 7, a visita do novo secretário de Estado da Segurança Pública, Ricardo Murad, acompanhado de integrantes das cúpulas das Polícias Civil e Militar.

Na reunião, foram debatidas medidas emergenciais para enfrentar os problemas mais graves da segurança pública do estado. Regina Rocha pediu informações ao secretário sobre as ações que devem ser adotadas até o final do ano para garantir mais segurança à população maranhense. A procuradora-geral manifestou preocupação com a realidade de municípios que não dispõem de delegados nem policiais.

Ricardo Murad, que acumula a pasta da Segurança com a da Secretaria de Saúde, defendeu a instalação de um comitê permanente, integrado por representantes de órgãos envolvidos com a questão da segurança pública, como Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, OAB, além das polícias Civil e Militar, para a discussão e implementação de ações de combate à criminalidade.

Pelo Ministério Público acompanharam a reunião os promotores de justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça, Fabíola Fernandes Ferreira, diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais, Doracy Moreira



Reunião debateu adoção de medidas urgentes para combater a criminalidade

Reis Santos, chefe de gabinete da Corregedoria Geral do Ministério Público, José Augusto Cutrim Gomes, presidente da Associação Ministério Público, e José Cláudio Cabral Marques, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e do Controle

Externo da Atividade Policial.

Também estiveram presentes o secretário-adjunto de Segurança Pública, Laércio Gomes, o subcomandante-geral da Polícia Militar, coronel João Nepomuceno, e a delegada-geral da Polícia Civil, Cristina Meneses. (CCOM-MPMA)

Passagem Franca tem atendimento às partes suspenso até dia 15

Desde o último dia 3, o juiz David Mourão Guimarães de Moraes suspendeu o atendimento às partes pela Secretaria Judicial. Durante o período, a distribuição e demais atos processuais urgentes terão curso normal, em especial quando tratarem de habeas corpus, mandado de segurança, pedido de liminar ou de antecipação de tutela e réus presos, reza a portaria que trata da suspensão – Portaria 09/2014.

Ainda de acordo com a portaria, de modo a dar cumprimento aos despachos, decisões e sentenças proferidos durante o período correicional – 17 de fevereiro a 14 de março - o funcionamento da Secretaria Judicial será apenas interno no período. As audiências designadas acontecem normalmente. Já os prazos processuais ficarão suspensos.

Entre as considerações do juiz para a suspensão do atendimento, o grande crescimento da demanda judicial nos últimos três anos e a grande quantidade de despachos, decisões e sentenças proferidos durante a correição. David Mourão também cita os constantes problemas de queda de energia e de acesso à internet, o que tem dificultado a movimentação dos processos.

Segundo o titular de Passagem Franca, 1.387 processos foram analisados durante a correição. Ainda segundo o magistrado, em 2013 foram distribuídos na unidade 1.412 processos e julgados 1.426. O número de audiências realizadas no ano foi de 892. Tramitam atualmente na comarca 1.328 processos.

DIVULGAÇÃO



REGINA ROCHA em reunião com Ricardo Murad, que estava acompanhado do coronel João Nepomuceno

Procuradora-geral recebe visita do secretário de Segurança Pública

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu na manhã de ontem (7), a visita do novo secretário de Estado da Segurança Pública, Ricardo Murad, acompanhado de integrantes das cúpulas das Polícias Civil e Militar.

Na reunião, foram debatidas medidas emergenciais para enfrentar os problemas mais graves da segurança pública do estado. Regina Rocha pediu informações ao secretário sobre as ações que devem ser adotadas até o final do ano para garantir mais segurança à população maranhense. A procuradora-geral manifestou preocupação com a realidade de municípios que não dispõem de delegados e nem policiais.

Ricardo Murad, que acumula a pasta da Segurança com a da Secretaria de Saúde, defendeu a instalação de um comitê permanente, integrado por representantes de órgãos envolvidos com a questão da segurança pública, como Ministério Público, Tribu-

nal de Justiça, Defensoria Pública, OAB, além das polícias Civil e Militar, para a discussão e implementação de ações de combate à criminalidade.

Pelo Ministério Público acompanharam a reunião os promotores de justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça, Fabíola Fernandes Ferreira, diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais, Doracy Moreira Reis Santos, chefe de gabinete da Corregedoria Geral do Ministério Público, José Augusto Cutrim Gomes, presidente da Associação Ministério Público, e José Cláudio Cabral Marques, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial.

Também estiveram presentes o secretário-adjunto de Segurança Pública, Laércio Gomes, o subcomandante-geral da Polícia Militar, coronel João Nepomuceno, e a delegada-geral da Polícia Civil, Cristina Meneses.

Cursos formam novos conciliadores

Com treinamentos na capital e interior do Estado, a escola judicial maranhense, em dois meses, contabiliza a formação de 144 novos mediadores que estarão aptos a atuar nos Centros de Conciliação instalados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Entre servidores do Judiciário estadual e acadêmicos de Direito, a série de cursos de formação de conciliadores está com

turmas em andamento na comarca de Balsas, na Unibalsas, e em São Luís, na Faculdade UNDB.

Os treinamentos são oferecidos pelos instrutores Maria Isalete Barreto e Washington Sousa Coelho, ambos conciliadores atuantes e certificados para ministrar o Curso de Formação pelo Conselho Nacional de Justiça, habilitados a realizar o treinamento no Maranhão.

APICUM-AÇU

Sobrinho e irmão de prefeito serão ouvidos sob suspeita de assassinato

Transcorridos quase cinco meses após o assassinato de Gilvando Monteiro Fonseca, de 34 anos, que era conhecido como "Tô", cometido pelo sobrinho e o irmão do prefeito do município maranhense de Apicum-Açu, a primeira audiência foi marcada em função do referido crime; a fim de ouvir os suspeitos e testemunhas. O evento está programado para acontecer amanhã, às 8h30, na Comarca de Bacuri, a 500 km de São Luís. A vítima foi morta com um tiro de pistola no coração, quando subia na garupa de uma motocicleta. À época, o crime revoltou a população da região.

De acordo com informações fornecidas por um empresário daquela localidade, que preferiu não ter seu nome revelado, em 16 de novembro de 2013, por volta das 9h, Gilvando chegou ao Comercial Moderno, no povoado de Turirana (Apicum-Açu), as fim de comprar peças para sua moto. José Cláudio Cunha Neto, o "Cunha Neto", 21, sobrinho do prefeito Cláudio Cunha (PV), daquele município, e seu pai, José Claudionor Cunha, 48 – que estavam sentados no estabelecimento –, ao avisarem a vítima, saíram do local, aguardando-o do lado de fora. Assim que "Tô" se despediu do balconista, com o produto em mãos, "Cunha Neto" desferiu um disparo de pistola ponto 40 no peito esquerdo de Gilvando, quando este subia na garupa da motocicleta de um mecânico.

A fonte ouvida pelo JP recordou que o sobrinho do prefeito



MORTE de Gilvando pode ter sido causada por discussão de trânsito

to atirou da garupa de uma moto conduzida pelo pai, que é ex-ve-reador e ex-presidente da Câmara daquela cidade. O cúmplice de "Cunha Neto" teria dito, "mata, que eu me responsabilizo. Somos nós que mandamos nesta cidade". A vítima agonizava no chão, mas o autor dos disparos ainda tentou alvejá-la na cabeça; ao que foi impedido pelos moradores. A polícia foi acionada, e os suspeitos abandonaram a motocicleta e entraram em uma mata fechada nas proximidades do comércio, no povoado Cabeceira.

Os dois foram capturados na

noite do mesmo dia, depois de uma tocaia feita pelos PMs nas imediações da área de mato. Desde aquele instante, eles permanecem encarcerados na Delegacia Regional de Pinheiro.

O crime chocou a população local, pois Gilvando era muito querido pelos moradores. Ele era motorista de van e mototaxista, e, com a renda destes dois trabalhos, sustentava oito filhos, sendo um de 8 meses de vida.

Um mês antes de morrer, "Tô" teria se envolvido em uma discussão de trânsito nas proximidades de sua casa, no mesmo município, com outro parente do prefeito; que, atualmente, é presidente da Câmara Municipal de Apicum-Açu. A partir daquele incidente, a vítima passou a receber ameaças de morte dos suspeitos. Os amigos dele, porém, acreditam que o assassinato também tenha ligação com o fato de que ele demonstrava (principalmente nas redes sociais) estar insatisfeito com os problemas (saúde, educação) da cidade, desejando mudanças.

Segundo os amigos da vítima, o prefeito de Apicum-Açu fez "vista grossa" para o caso, como se estivesse protegendo os familiares suspeitos pelo homicídio. Por isso, os moradores esperam que os autores do crime sejam logo condenados, após as audiências. "Cunha Neto" e seu pai serão transferidos amanhã, após serem ouvidos na comarca escolhida, para o Centro de Triagem, em Pedrinhas, conforme garantiu uma fonte do JP.

(Nelson Melo)

TJMA
*extingue ação
do MP contra
Asilo de
Mendicidade*

PÁGINA 2 [C1]

TJMA extingue ação do MP contra Asilo de Mendicidade

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) extinguiu uma ação proposta pelo Ministério Público Estadual (MP) que condenava o Asilo de Mendicidade de São Luís à reestruturação física e social em sua sede, sob pena de multa diária de um salário mínimo para cada idoso abrigado, multiplicado pelo número de meses em que estivessem no local.

Os desembargadores membros da Câmara Cível consideraram a perda do interesse processual do Ministério Público, que deixou de retornar ao asilo para verificar as reformas realizadas durante o processo. Dez anos antes da sentença que condenou o abrigo, o MP ajuizou ação civil pública alegando que o local apresentava estrutura deficiente, péssimas condições de higiene, número de funcionários insuficiente, falta de atividades ocupacionais e de lazer aos idosos, assistência médica e odontológica precárias, entre outros problemas.

A defesa ajuizou recurso do Asilo, salientando o caráter beneficente da instituição, dependente de doações revertidas integralmente em prol dos idosos e a impossibilidade, no tempo e modo, de todas as exigências do Ministério Público. Em audiência de conciliação, o asilo informou que já realizara melhorias no local, ficando designado prazo para comparecimento e elaboração de novo relatório pelo órgão ministerial.

A relatora do recurso, desembargadora Maria das Graças Duarte, ressaltou que passados mais de seis anos, o MP não vistoriou as instalações do asilo e não providenciou novo relatório sobre as condições de estrutura física e social, prejudicando a correta apreciação por parte do juiz.

“Fundamentar a decisão com base em inquérito que retrata uma realidade de dez anos atrás fere o princípio da razoabilidade, já que a situação atual não pode ser a mesma ou o apelante já teria sofrido novas inspeções”, avaliou.

A magistrada considerou cruéis a multa e a indenização impostas ao asilo, tendo em vista a natureza dos serviços sociais que a entidade presta à comunidade, em especial aos idosos, sem qualquer fim lucrativo.

Servidores da Sejap iniciam treinamento sobre Sistema de Justiça Aplicada do Depen

CLAYTON MONTELLAS

A Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) deu início, ontem, ao treinamento dos servidores da instituição sobre a utilização do Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen). As aulas sobre o sistema, que será empregado de forma pioneira no Maranhão, estão sendo realizadas na escola de Gestão Penitenciária (Egepen) e seguem até sexta-feira (11).

O Sisdepen é uma ferramenta de gestão prisional que possibilitará a integração das informações dos órgãos das administrações penitenciárias com os da execução penal e visa a criação de um banco de dados nacional e estaduais sobre a população carcerária e os estabelecimentos penais sendo possível, a partir de então, novas ações de políticas públicas em prol do sistema penitenciário do estado.

Durante a abertura do treinamento, o secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa destacou a importância da parceria feita com o Depen. "Teremos agora um sistema que contribuirá não apenas para uma organização das instituições, mas para interagir e ampliar as informações entre os órgãos. Isso servirá com certeza para as novas ações de políticas de gestão pri-



SEBASTIÃO UCHÔA e Luiz Neto, do Depen; e a diretora da Egepen, Maria Idel abrem treinamento

sonal principalmente no quesito ressocialização", acrescentou Uchôa.

Na ocasião, o diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional, Luiz Fabrício Vieira Neto, fez uma breve apresentação do Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen). Segundo ele, o estado tem sido parceiro do Depen e vem inovando no que tange às ações voltadas às melhorias do sistema penitenciário local. "O primeiro semestre contará com a inserção de 10 estados e o Maranhão prontamente aderiu. Em contrapartida, o De-

pen disponibilizará dois computadores e posteriormente serão enviados detectores de metais equipamentos de segurança que sejam necessários para a manutenção e adequação das unidades prisionais do estado", pontuou.

A base de dados do sistema ficará em Brasília e vai comportar todo cadastro processual do detento, incluindo informações pessoais e do processo. Entre as facilidades com a implantação do sistema estão ainda a possibilidade de alertar o juiz sobre remissões de pena, abertura de regime e benefícios que já são de direito do detento. Já o inter-

no terá disponível todo extrato a respeito da sua situação judicial. As informações poderão ser atualizadas diariamente, garantindo atualidade aos dados.

Presentes também o secretário-adjunto de Estabelecimentos Penais, Hamilton Louzeiro; a diretora da Escola de Gestão Penitenciária Maria Idel; o coordenador do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias, Juliano Penteado; representantes do Departamento Penitenciário Nacional; o superintendente de controle e execução penal, Ronald Dias; diretores de unidades prisionais; coordenadores de núcleos de assistência da Sejap.

• A juíza Nirvana Maria Mourão Barroso, titular da 3ª Vara de Balsas, baixou uma portaria na qual cria estratégias e meios para melhorar o trâmite processual na secretaria judicial da unidade. Para elaborar o documento a magistrada considerou o elevado número de processos que se encontram na unidade judicial, alertando para a necessidade melhorar o trâmite desses processos.

3ª Vara de Balsas cria estratégias para melhorar prestação jurisdiccional

A juíza Nirvana Maria Mourão Barroso, titular da 3ª Vara de Balsas, baixou uma portaria na qual cria estratégias e meios para melhorar o trâmite processual na secretaria judicial da unidade. Para elaborar o documento a magistrada considerou o elevado número de processos que se encontram na unidade judicial, alertando para a necessidade melhorar o trâmite desses processos.

Nirvana Mourão destacou o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, o qual versa que cabe ao juiz determinar providências, ou se necessário, solicitar à CGJ, destinadas a corrigir falhas ou deficiências dos serviços para assegurar o bom e rápido andamento dos feitos e de todas as atividades da unidade. Ela cita também a Constituição Federal, que estabelece que a todos, no âmbito administrativo, são assegurados a razoável duração do processo, bem como os meios que assegurem a celerida-

de de sua tramitação.

A magistrada autoriza a secretária judicial a assinar de mandados, ofícios e demais expedientes quando se fizerem necessários ao cumprimento das decisões da vara, ficando ressalvados os mandados de prisão, alvarás de soltura, termos de compromisso e a correspondência expedida quando a autoridade destinatária for hierarquicamente superior a este juízo.

Outra determinação da portaria versa sobre a secretária judicial ter permissão para promover, nas duas últimas sextas-feiras do mês, mutirões temáticos de cumprimento, oportunidade na qual todos os servidores se concentrarão no cumprimento de uma única espécie de ação, ou seja, naquela espécie que apresentar maior índice de congestionamento. Ficam ressalvados o atendimento no balcão e os feitos urgentes, que jamais poderão ter o cumprimento suspenso.

Aumenta número de novos processos na 1ª Vara de Entorpecentes

Nos primeiros três meses de 2014 a 1ª Vara de Entorpecentes de São Luís recebeu 151 novos processos. Durante todo o ano de 2013 esse número chegou a 587 e no ano anterior, 451.

“É notável o aumento, pois todos os dias chegam novos processos de pessoas presas por tráfico de entorpecentes. Como cresce o número de dependentes químicos, logo, aumenta também o número de vendedores da droga”, explicou o juiz auxiliar da 1ª Vara de Entorpecentes, Antonio Luiz de Almeida Silva.

A unidade judiciária é responsável pelo julgamento de crimes referentes ao tráfico de drogas na capital. A pena para esse tipo de crime é de reclusão que varia de 5 a 15 anos, dependendo da quantidade de droga apreendida. Os condenados também podem cumprir pena alternativa (prestação de serviços à comunidade), desde que não sejam reincidentes.

Preso em flagrante em sua residência, portando cocaína para comercialização, a dona de casa J.S.O, 40 anos, moradora do bairro Coroadinho, foi condenada ao pagamento de multa e a 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ela recorreu da decisão da 1ª Vara de Entorpecentes, mas o Tribunal de Justiça, em março deste ano, manteve a sentença de primeiro grau proferida em 2011. A prisão ocorreu em julho de 2007.

Tribunal

Do Piauí, a juíza Maria Luiza de Moura Melo Freitas veio a São Luís conhecer a atuação da 9ª Vara Criminal especializada no julgamento de crimes contra crianças e adolescentes. Pelo menos nessa seara o Maranhão saiu na frente e está exportando o modelo para o estado vizinho

Para encerrar processos, Justiça precisaria de 2 anos

**Estudo sobre Judiciário
concluiu que, a cada 100
ações, 62 ainda não
foram finalizadas**

EVANDRO ÉBOLI
E EDUARDO BARRETO
opais@oglobo.com.br

BRASÍLIA - Estudo sobre o desempenho do Judiciário mostra que as justiças Estadual, Federal e do Trabalho precisariam de quase dois anos, em média, para zerar o estoque e encerrar todos os processos pendentes em seus tribunais. Ainda assim, teria que ser interrompida a entrada e o protocolo de novos casos. Dados do Índice do Desempenho da Justiça (IdJus), apresentados ontem, demonstram que a taxa de congestionamento nessas três esferas está em 61,8%. Ou seja, em cada 100 casos, quase 62 ainda não foram finalizados.

O levantamento levou em consideração 20 indicadores, como despesas com recursos humanos, custo médio de um processo e produtividade tanto do magistrado quanto do servidor. Nos critérios estabelecidos, concluiu-se que o índice

geral da Justiça brasileira é de 53,9. Separadamente, o melhor desempenho do Judiciário nessas três áreas é no setor de recursos humanos e de tecnologia, que ficou com o IdJus de 74,6. A gestão orçamentária é o gargalo, onde há maiores problemas. Nela, o IdJus foi de 49,5.

Na Justiça Estadual, o melhor desempenho foi do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, com 60,5. O do Piauí é o pior entre as 27 unidades da federação, com índice de 28,1. O Rio, que estava em segundo na avaliação de 2011, caiu um degrau e foi para o terceiro lugar, com IdJus de 58. Esse índice varia de 0 a 100.

Na Justiça Federal, que envolve os Tribunais Regionais Federais (TRFs), o da 3ª região — São Paulo e Mato Grosso — apresentou o melhor desempenho, com IdJus de 69,3. Entre os cinco TRFs, o da 2ª região — Rio e Espírito Santo — ficou em último, com índice de 55,6.

Na Justiça do Trabalho, na classificação dos 23 tribunais, em primeiro lugar ficou o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 8ª região — que engloba Pará e Amapá — com 54,5. O Rio está em 12º lugar, com 50,7. Em último, ficou o TRT do Rio Grande do Norte, com IdJus de 43,3.

Pela pesquisa, o custo médio de um processo no país é de R\$ 2.212,68. Essa é a despesa média por processo baixado. A média na Justiça Estadual é de R\$ 1,6 mil e, na Federal, de R\$ 1,8 mil. A mais cara é a do Trabalho, com custo médio de R\$ 3,1 mil. Esses valores variam nos estados. Na Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre — a 14ª região —, por exemplo, a despesa com um processo é de R\$ 7,5 mil. Na Paraíba, 13ª região, é de R\$ 4,8 mil.

O estudo é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), cujo diretor de projetos, Ricardo Morishita, afirmou que os indicadores apontados pela pesquisa serão importantes para, além do diagnóstico, identificar deficiências e promover alterações.

Audiência pública na Câmara discutirá hoje procedimentos de mediação e arbitragem na resolução de conflitos judiciais no país. Dois projetos tratam desse tema no Congresso. O secretário de Reforma Judiciária,

Flávio Caetano, está otimista. — Pode significar uma revolução. O Brasil ainda não tem mediação. Está atrasado. Na Argentina, existe há 17 anos. Para o Banco Mundial, a nossa arbitragem é a segunda melhor do mundo. Ela que deve ser ampliada com a aprovação do projeto. ●

ÍNDICE DE ATRASO

1,8 ANO
É A MÉDIA
DO PAÍS

Para zerar
casos abertos

2,7 ANOS
É A MÉDIA
ESTADUAL

Sem novas
ações

2 ANOS
É A MÉDIA
FEDERAL

Tempo para
julgar passivo

0,8 ANO
É A MÉDIA DA
JUSTIÇA DO
TRABALHO

Mais eficiente